

## Entre História e silêncio:

*a surdez de D. João VI e sua ausência nas narrativas educacionais*

## Between history and silence:

*The deafness of Dom João VI and its absence in educational narratives*

## Entre la historia y el silencio:

*la sordera del rey Juan VI y su ausencia en los relatos educativos*

 ALESSANDRA FURTADO DE OLIVEIRA \*

Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Brasil.

 JACQUELINE DE FARIA BARROS RAMOS \*\*

Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Brasil.

 CÉLIA MARIA ADÃO DE OLIVEIRA AGUIAR DE SOUSA \*\*\*

Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal.

 RUTH MARIA MARIANI BRAZ \*\*\*\*

Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Brasil.

**RESUMO:** A História é uma disciplina acadêmica e uma ferramenta cultural que desempenha papel fundamental na formação das memórias e identidades das sociedades. Assim, neste artigo objetivamos denunciar o processo de apagamento da pessoa com deficiência nos livros

\* Doutora em Ciências, Tecnologia e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: <afurtadodeoliveiranovaes@yahoo.com.br>.

\*\* Doutora em Literatura Comparada. Professora no Programa de Pós-graduação em Diversidade e Inclusão, Instituto de Biologia na Universidade Federal Fluminense. E-mail: <jacefadu@gmail.com>.

\*\*\* Doutora em Ciências da Educação. Professor na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria. Professor convidado No Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Féevale e da Universidade de Cabo Verde. E-mail: <celia.sousa@ipleiria.pt>.

\*\*\*\* Doutora em Ciências e Biotecnologia. Professora na Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro e no Curso de mestrado profissional em Diversidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense. E-mail: <ruthmariani@yahoo.com.br>.

didáticos, na figura de D. João VI, que era surdo. A pesquisa tem abordagem qualitativa, foco documental, análise de conteúdo em plataformas de dados e revisão bibliográfica de forma narrativa. Os dados coletados demonstram que o tema da surdez de D. João VI é pouco abordado; quando mencionado, o é muitas vezes de forma superficial, o que contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação às pessoas com deficiência, além de reforçar a invisibilidade de suas contribuições históricas. Destaca-se a importância da conscientização sobre a diversidade e a necessidade de superar o apagamento das pessoas com deficiência, valorizando sua participação e contribuição para a sociedade.

*Palavras-chave:* Ensino. Diversidade. Inclusão. Livro Didático. História.

**ABSTRACT:** History is an academic discipline and a cultural tool that plays a fundamental role in shaping the memories and identities of societies. In this context, this article aims to denounce the process of erasing people with disabilities from textbooks, specifically the figure of Dom João VI, who was deaf. This research employs a qualitative approach, focusing on documentary analysis, content analysis using data platforms, and a narrative literature review. The collected data demonstrate that the topic of Dom João VI's deafness is rarely addressed and, when mentioned, it is often superficially, contributing to the perpetuation of stereotypes and prejudices against people with disabilities, as well as reinforcing the invisibility of their historical contributions. Therefore, it is important to raise awareness about diversity and the need to overcome the erasure of people with disabilities, valuing their participation and contribution to society.

*Keywords:* Education. Diversity. Inclusion. Textbook. History.

**RESUMEN:** La historia es una disciplina académica y una herramienta cultural que desempeña un papel fundamental en la configuración de la memoria y la identidad de las sociedades. Así pues, en este artículo pretendemos denunciar el proceso de invisibilización de las personas con discapacidad en los libros de texto, ejemplificado por la figura del rey Juan VI, quien era sordo. La investigación tiene un enfoque cualitativo, un enfoque documental, un análisis de contenido en plataformas de datos y una revisión narrativa de la literatura. Los datos recogidos demuestran que el tema de la sordera del rey Juan VI rara vez se aborda;

cuando se menciona, a menudo se hace de forma superficial, lo que contribuye a perpetuar estereotipos y prejuicios sobre las personas con discapacidad, además de reforzar la invisibilidad de sus contribuciones históricas. Se destaca la importancia de sensibilizar sobre la diversidad y la necesidad de superar la invisibilización de las personas con discapacidad, valorando su participación y contribución a la sociedad.

*Palabras clave:* Enseñanza. Diversidad. Inclusión. Libro didáctico. Historia.

## Introdução

A História, enquanto disciplina acadêmica e ferramenta cultural, exerce um papel inestimável na construção das identidades e memórias coletivas de sociedades ao redor do mundo. Essa relevância é especialmente acentuada quando consideramos a maneira pela qual as narrativas históricas são transmitidas nos livros didáticos, estabelecendo os pilares do conhecimento histórico para as gerações vindouras. Contudo, como ressaltam Michael Pollak (1989) e Jacques Le Goff (1990), a memória histórica não é neutra: a História é, ela própria, moldada pelas escolhas feitas sobre quem é incluído/a ou excluído/a das tramas narrativas. Indagações surgem naturalmente: quem é autorizado/a a figurar nessas representações históricas e quem permanece à margem? O livro didático, principal recurso de ensino no contexto escolar brasileiro, cumpre a dupla função de transmitir conteúdos e legitimar determinados recortes de memória (CHARTIER, 1990), sendo decisivo na formação da consciência histórica das novas gerações.

A historiografia, como observa Le Goff (1990), não é estática, mas constantemente revisitada à luz das demandas do presente. O autor adverte:

Dessa forma, a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões. Estas atualizações também podem afetar o vocabulário do historiador, introduzindo lhe anacronismos conceituais e verbais, que falseiam gravemente a qualidade do seu trabalho (LE GOFF, 1990, p. 22).

Nesse processo, determinados/as sujeitos/as históricos/as permanecem invisibilizados/as ou representados/as de forma estereotipada. A História da Educação e os Estudos Surdos têm mostrado como pessoas com deficiência, em especial aquelas com surdez, foram frequentemente marginalizadas nos registros oficiais, seja pela omissão de sua participação social, seja pela construção de imagens distorcidas (SKLIAR, 1997; BUENO, 2001). Essa lógica de exclusão também se evidencia na forma como a família real portuguesa foi

retratada: D. Maria I foi reduzida à ‘rainha louca’; D. Pedro I, ao ‘mulherengo’; D. Pedro II, ao ‘infante’; e D. João VI caricaturado como ‘indeciso’ ou ‘gordo comedor de coxinhas’ (CALMON, 1943; DEL PRIORE, 1993). Como descreve Pedro Calmon (1943):

Cobriram-no, naturalmente, de ridículo. A fealdade, com o tempo, acentuára-lhe os traços – a obesidade, o prognatismo, o lábio habsburgico, a exolftalmia, a debilidade de pernas – de sua semelhança física com o pae e o avô. Os janotas da cidade, os liberais dos “clubs”, enxergaram-lhe uma exata correspondência entre esse físico anormal e a mentalidade misteriosa. Aos trinta anos tinha o ventre proeminente, o beijo pendente, o sorriso imóvel, um fabuloso apetite, que aliás nunca o deixou, um gosto da solidão. A misantropia bourbonica, das suas meditações retiradas, fóra do bulício da côrte, que o recolhia a uma distância cada vez maior dos cortejos e dos subditos, assim menos percebido, menos querido, menos respeitado (CALMON, 1943, p. 76; grafia original).

A discussão sobre a omissão da surdez de D. João VI ganha proeminência quando observamos que, por trás do silêncio histórico, encontramos uma complexa interseção entre deficiência, poder e representação. O ato de omitir conscientemente um aspecto tão marcante da vida de um monarca destacado revela as implicações profundas que tais escolhas têm na perpetuação de narrativas unilaterais e limitadas.

O presente artigo tem como objeto de estudo essa surdez de D. João VI e sua ausência nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental II publicados no Brasil entre 2000 e 2023. Tal invisibilidade contribui para a manutenção de um padrão de normalidade que exclui a diversidade de experiências humanas, reforçando a ideia de que a surdez é algo que deve ser ocultado ou considerado menos relevante. Esse padrão perpetua a noção prejudicial de que a deficiência é uma característica indesejável e, consequentemente, perpetua a marginalização das pessoas com deficiência em nossa sociedade. Agindo dessa forma, acabamos por reforçar determinadas situações, como afirma Moacir Gadotti: “Embora a escola não crie a desigualdade (ela começa muito antes da escola) é a educação quem decide quem vai e quem não vai ser incluído na sociedade” (GADOTTI, 2010, p.11).

Nosso propósito ao destacar esse processo de apagamento é instigar uma avaliação crítica da construção histórica e, por extensão, compreender o papel atuante dos livros didáticos na perpetuação de estereótipos e preconceitos (Fig. 1). No caso de D. João VI, em várias fontes encontramos um reforço constante de sua “obesidade” e “pouca aptidão para governar” (DIAS, 2006). Propomos uma reflexão paradigmática que enfatize a inclusão e a representatividade. Nesse contexto, sua surdez não somente é reconhecida, mas também valorizada como um componente intrínseco e marcante de sua vida e herança.

Portanto, é imperativo considerar que o apagamento da surdez não é meramente uma lacuna na História, mas uma evidência palpável dos sistemas de poder e exclusão que moldaram, e ainda moldam, as narrativas históricas (POLLACK, 1989). Através da análise dessa omissão, torna-se possível não apenas desvelar as complexas interações entre história, identidade e deficiência, mas também desafiar a narrativa histórica

tradicional e trabalhar para uma representação mais inclusiva e precisa do passado. É visível que na construção das imagens do monarca essa narrativa foi invisibilizada de forma deliberada, como pode-se observar na iconografia elaborada por Jean-Baptiste Debret, que o descreveu como “um homem obeso, de mãos e pés pequenos. A personalidade tímida, a afeição dispensada aos seus camareiros e reposteiros, que cumulava de empregos lucrativos” (DIAS, 2006, p. 248). A surdez desse monarca é uma faceta que não recebe a devida ênfase, o que resulta, inevitavelmente, em uma representação fragmentada e distorcida de sua vida e sua governança.

**Figura 1:** *Retrato de D. João VI, 1817. Óleo sobre tela de Jean-Baptiste Debret.*



**Fonte:** Enciclopédia Itaú Cultural, 2025.

É crucial internalizar a noção de que a História é um ente mutável, forjado pela intersecção de dinâmicas sociais e culturais em contínua evolução. Ao levantar o véu da negligência que recai sobre a surdez de D. João VI nos livros didáticos, nossa contribuição se estende para a promoção de uma visão histórica mais rica e plural. Uma visão que reconheça e celebre as experiências e contribuições das pessoas com deficiência, incorporando-as devidamente ao tecido da narrativa histórica. Essa abordagem não

apenas enriquece a compreensão coletiva do passado, mas também nutre a progressão de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, na qual todas as vozes, inclusive aquelas que foram historicamente silenciadas, encontrem espaço para serem ouvidas e valorizadas.

## Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com foco documental, utilizando análise de conteúdo. Os materiais analisados foram livros didáticos de História do Brasil do Ensino Fundamental II, publicados entre 2000 e 2023, selecionados a partir dos acervos digitais disponíveis na plataforma Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e em bibliotecas públicas digitais, aliados a bases de dados acadêmicos consagrados, como o Google Acadêmico, Scielo e Publons.

A escolha dos livros considerou sua ampla distribuição em escolas públicas brasileiras. Foram selecionados cinco títulos, priorizando aqueles mais adotados, conforme dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Trata-se das seguintes coleções: *Vontade de Saber*; *História.doc*; *Estudar História: das origens do homem à era digital*; *Araribá mais*; e *História, sociedade & cidadania*. A análise documental seguiu os passos propostos por Bardin (2013), com foco na presença, ausência ou menção superficial da surdez de D. João VI. A triangulação foi feita com base na revisão de literatura científica e na iconografia (retratos de Debret), para observar como a deficiência do monarca foi suprimida ou representada, tornando visíveis lacunas, omissões e distorções

Entre as autorias e obras teóricas selecionadas cabe enfatizar a contribuição de Pedro Calmon, *O rei do Brasil: vida de D. João VI* (1943), que oferece informações valiosas sobre a vida e o contexto desse monarca. Além disso, o livro *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia* (1993), de Mary Del Priore, enriquece a compreensão das dinâmicas sociais da época. A perspectiva da saúde pública no Brasil joanino está presente em *Ardentes trópicos: febres e saúde pública no Brasil joanino* (2020), de Ricardo Cabral de Freitas. Contribuindo para a reflexão sobre história e memória, a obra de Jacques Le Goff, *História e Memória* (1990), proporciona uma lente teórica para compreender as nuances do registro histórico. Sobre a iconografia a respeito de D. João VI utilizamos *A representação da realeza no Brasil: uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I*, de Jean-Baptiste Debret, de Elaine Dias. Por fim, *De Estado a Civil: as políticas de relações matrimoniais da casa imperial do Brasil e sua legitimação sucessória (1843-1944)* (2017), de Adel Igor Romanov Pausini, adiciona perspectivas valiosas sobre as dinâmicas políticas e sucessórias do período. Essas obras, em conjunto, conferem o suporte teórico necessário para um mergulho aprofundado no contexto histórico, social e cultural no qual D. João VI esteve imerso.

Resumimos no Quadro 1 as etapas da metodologia desta pesquisa:

**Quadro 1: Etapas da metodologia sobre a escolha dos livros didáticos**

| <b>Amplitude de distribuição</b> | <b>Priorização de títulos com ampla circulação em escolas públicas, conforme dados do FNDE.</b>                                                           |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relevância pedagógica            | Seleção de coleções frequentemente adotadas por professores/as da rede pública.                                                                           |
| Abrangência temporal e editorial | Inclusão de livros de diferentes editoras e períodos de publicação, permitindo identificar permanências e mudanças no tratamento dado ao período joanino. |

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor, 2025

O procedimento de análise documental seguiu quatro etapas: 1) Leitura integral dos capítulos referentes ao reinado de D. João VI; 2) Identificação sistemática das referências ao monarca, com atenção especial às descrições de suas características físicas, políticas e pessoais; 3) Codificação temática, organizada em três categorias: (i) presença explícita da surdez, (ii) ausência completa, (iii) menções indiretas ou superficiais; 4) Triangulação dos dados com fontes secundárias, incluindo literatura acadêmica (CALMON, 1943; DEL PRIORE, 1993; FREITAS, 2020; PAUSINI, 2017), a iconografia de Jean-Baptiste Debret (DIAS, 2006) e estudos sobre memória e exclusão (POLLAK, 1989; Le Goff, 1990).

A análise do textual serve como ferramenta para uma exploração dos registros didáticos, escrutinando tanto o que é narrado quanto aquilo que é omitido ou relegado a segundo plano. Além disso, almejamos lançar luz sobre a necessidade incontestável de uma representação histórica mais inclusiva, que dê voz e visibilidade às experiências das pessoas com deficiência. Ao contribuir com reflexões substanciais, aspiramos uma fundação mais sólida e equitativa para narrativas históricas e identidades coletivas.

**Discussão e análise**

A história da família real portuguesa é permeada por figuras que vivenciaram a realidade das pessoas com deficiência – PCD. Especulações cercam o tumultuado percurso de D. Maria I, marcado por sucessivos traumas. Após a perda de seu marido – um casamento arranjado que, surpreendentemente, cultivou uma cumplicidade e um apreço mútuo – seguida pelos óbitos de seu filho D. José, sua filha D. Maria Ana, assim como de seu neto Carlos, vítimas da varíola, e de seu confessor Frei Inácio de São Caetano, que sucumbiu a uma trombose, a rainha mergulhou em uma profunda crise depressiva. Nessa era a melancolia era frequentemente confundida com insanidade, conforme observado por Mary Del Priore. O estado da monarca, então, agravou-se progressivamente (DEL PRIORE, 1993).

A realidade dos laços consanguíneos aumenta a probabilidade de manifestação de doenças raras, uma vez que a herança de genes recessivos torna-se proeminente. Nesse sentido, a prole oriunda de tais uniões poderia manifestar uma variedade de deficiências, abrangendo condições como fibrose cística, anemia falciforme, deficiência intelectual e cegueira congênita. De particular relevo é a incidência de surdez congênita ou deficiência auditiva adquirida, cujos impactos podem ser exponenciados ao longo do ciclo de vida (PAUSINI, 2017).

O caso paradigmático da família real portuguesa lança luz sobre as complexas interações entre a herança genética e a expressão de deficiências. As dinâmicas genéticas intrincadas e inerentes a essas uniões consanguíneas ressaltam a necessidade de um entendimento aprofundado sobre as implicações de tais relações, para a compreensão dos desafios enfrentados por indivíduos/as e sociedades em contextos similares. A pluralidade de deficiências que podem emergir, incluindo a surdez, torna imperativa a consideração dessas perspectivas no âmbito das narrativas históricas e da construção de identidades coletivas. Esse exemplo também reforça a relevância de uma visão mais inclusiva, que reconheça as experiências de PCD ao longo da história, e desafia a invisibilidade frequentemente associada a essas experiências. Essa consideração ganha relevância na singularidade do contexto nobre europeu, de linhagem sanguínea, contrastando com o sistema de titulação brasileiro, que primordialmente reconhecia títulos em virtude de serviços prestados à Corte, delineando assim um panorama significativamente distinto.

O casamento entre parentes com o objetivo de preservar linhagens nobres e alianças políticas insculpiu a genealogia da nobreza europeia. Essa prática, intencional ou não, resultou em uma concentração de características genéticas nas famílias nobres. No contexto dos descendentes da família real portuguesa, esse acúmulo genético convergiu para uma consideração profunda sobre a hereditariedade das deficiências, incluindo a surdez. É crucial salientar que a manifestação dessas deficiências não se restringe a um único fator, mas é resultado de uma intersecção complexa entre fatores genéticos, ambientais e históricos.

Nesse sentido, um panorama mais amplo sobre as conexões entre hereditariedade e deficiência surge para a revisitação das narrativas históricas, no intuito de compreender as complexas relações entre a genética e a manifestação de características físicas e cognitivas. A exploração dessa interação, alinhada às dinâmicas sociopolíticas da nobreza europeia, delineia um campo de investigação fértil, que não somente enriquece a compreensão histórica, mas também promove uma reflexão mais ampla sobre a intersecção entre biologia e sociedade.

Segundo a literatura, as questões genéticas são de maior influência em relação à surdez. Neste aspecto, a surdez congênita pode ser causada pela mutação de vários genes. [...] O diagnóstico da surdez congênita é feito através de exame de sangue e deve ser colhido na consulta médica, juntamente com o histórico da gestação, o exame físico e a audiometria do recém-nascido, para que seja oportunizado o atendimento precoce a estas crianças. De acordo com Isaac e Manfredi, (2005), além da desordem genética e da hereditariedade, as causas mais comuns para o risco da

perda auditiva são: antecedentes familiares, disacusia sensorial hereditária, infecções congênitas (rubéola, sífilis, herpes e toxoplasmose), anomalias craniofaciais, peso de nascimento inferior a 1500g, hiperbilirrubinemia, uso de medicamentos ototóxicos, meningite bacteriana, índice de Apgar 0 a 4 no primeiro minuto ou de 0 a 6 no quinto minuto, ventilação mecânica por mais de cinco dias, alcoolismo materno, uso de drogas psicotrópicas na gestação, hemorragia ventricular, convulsões neonatais e a permanência na incubadora por mais de 7 dias (PORTELLA *et al.*, 2021, p. 7).

A trajetória de D. João, designado Príncipe-Regente em 10 de fevereiro de 1792, emerge como um capítulo relevante no contexto da história portuguesa. Tal designação decorreu da impossibilidade de sua mãe assumir o governo, por suas limitações de saúde. No entanto, a representação que perdurou na posteridade revelou-se caricata e simplificada.

A família real portuguesa foi sistematicamente caricaturada, como citado anteriormente (D. Maria I, a 'rainha louca', D. Pedro I 'mulherengo', D. Pedro II 'infante'). Tais representações, longe de serem neutras, constituíram uma estratégia discursiva especialmente reforçada no período republicano, buscando deslegitimar a monarquia. A ridicularização e o silenciamento formam, portanto, dois lados de um mesmo projeto: ao mesmo tempo em que características 'risíveis' eram exageradas, aspectos relevantes como a deficiência, as doenças ou mesmo a erudição de alguns/umas monarcas eram ocultados.

D. João VI foi frequentemente retratado como uma figura de aparência pouco atraente, obeso, destituído de preparo e excessivamente temeroso, averso ao banho. As narrativas enfatizam características burlescas, sem mencionar recursos como sua cadeira acústica, por exemplo, documentada na época (FREITAS, 2020). Contudo, é imperativo contextualizar tais características à luz de um contexto permeado por perdas familiares significativas e pela saúde precária de sua mãe, a rainha Maria I. O fato de residir em uma nação europeia, onde os hábitos de higiene diferiam das tradições indígenas presentes no Brasil, também merece ponderação. Ademais, a não-preparação governamental de D. João, comparada à formação política de seu irmão mais velho, liga-se a uma conjuntura que o catapultou inesperadamente para o trono (CALMON, 1943). Essa omissão demonstra como o livro didático atua não apenas como transmissor de conteúdos, mas como espaço de seleção de memórias (CHARTIER, 1990), reforçando padrões de normalidade e marginalizando experiências relacionadas à deficiência.

De extrema importância é o reconhecimento de que o ritmo adotado por D. João na tomada de decisões, muitas vezes interpretado como lentidão, adquiriu valor estratégico de ampla magnitude. Sua abordagem deliberativa emerge como uma tática que, de maneira intrigante, evitou que o trono português caísse sob o jugo de Napoleão I. Durante o episódio do Bloqueio Continental, quando Napoleão exigiu que Portugal cessasse suas relações comerciais com a Inglaterra, sob ameaça de invasão territorial, a postura cautelosa de D. João foi de suma relevância. Sua hesitação estratégica contribuiu para evitar o domínio napoleônico sobre o trono e os destinos de Portugal (CALMON, 1943).

Assim, transferiu-se juntamente com a família para sua maior colônia ultramarina, localizada a uma distância segura de Napoleão, resguardada pelo vasto Oceano Atlântico.

A percepção multifacetada do monarca português – de um lado como uma figura caricata, de outro, como um estadista hábil e determinado – lança foco sobre as nuances complexas da construção da imagem histórica. A compreensão da figura D. João requer, portanto, uma análise abrangente das circunstâncias e do contexto em que ele estava inserido, considerando tanto as limitações quanto as estratégias que moldaram suas ações. A contextualização dos aspectos físicos, psicológicos e políticos oferece um quadro mais completo de sua personalidade e sua liderança, enriquecendo a apreciação de sua contribuição histórica.

A construção da imagem de D. João ao longo do tempo demanda uma análise atenta dos períodos em que as representações foram forjadas. No século XIX emergiu uma concepção do monarca português como figura benigna e hábil estrategista. Contudo, é necessário reconhecer a influência das perspectivas políticas e ideológicas na interpretação histórica. Com o fim da monarquia e a ascensão do regime republicano, observa-se um esforço por parte de historiadores/as republicanos/as em retratar o rei de forma burlesca. Essa transmutação da imagem histórica demonstra a plasticidade das representações e a maneira como podem ser influenciadas por motivações ideológicas.

No entanto, como salientado por Jacques Le Goff, a verdade histórica raramente se encontra nos extremos. A apreciação do reinado de D. João demanda uma análise cuidadosa, despojada de preconceitos e polarizações. A perspectiva histórica deve considerar as complexas realidades políticas, sociais e culturais que moldaram sua atuação, evitando a armadilha de simplificações excessivas. A imagem do rei como estrategista astuto e como figura cômica são elementos que precisam ser ponderados à luz de evidências, a fim de traçar uma narrativa mais fiel e coerente.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou questão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p. 470).

No Rio de Janeiro, entre março de 1814 e o verão de 1818, a recorrência de uma febre letal contribuiu para um desenrolar marcado pela adversidade. Essa febre não apenas ceifou a vida de alguns dos ministros de D. João, mas também acometeu outros indivíduos relevantes da época, como o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, que enfrentou uma forma mais severa da febre e consequências debilitantes, como paralisia do lado esquerdo do corpo, surdez e cegueira parciais (FREITAS, 2020, p. 727).

Em 1819 D. João VI encomendou à empresa londrina Frederick C. Rein a réplica de uma cadeira acústica originalmente concebida na França, em 1706. A criação dessa peça de mobília ocorreu em resposta às crescentes dificuldades auditivas do monarca. A cadeira, entregue no ano subsequente (Figura 2), era de madeira nobre e possuía braços ocos que

desempenhavam o papel de receptores sonoros, funcionando como cornetas acústicas. As extremidades dos braços eram habilmente esculpidas com representações de cabeças de leões, cujas bocas escancaradas captavam e direcionavam o som. Além disso, um tubo estrategicamente posicionado na parte posterior da cadeira direcionava o som até os ouvidos do monarca. É digno de nota que essa solução não tenha sido implementada sem relutância. O protocolo estipulava que súditos/as e visitantes deveriam ajoelhar-se e falar junto às bocas dos leões esculpidos, para que suas palavras pudessem ser audíveis. O trono acústico foi empregado no Brasil e, posteriormente, quando da volta da família real à metrópole em 1821, foi juntamente transferido.

**Figura 2: Trono acústico de D. João VI**



**Fonte:** Revista *Pesquisa Fapesp*, n. 107, jan. 2005. p. 81.

Essa cadeira acústica representa uma resposta engenhosa ao desafio que a surdez impunha. Além de sua função utilitária, ela também tangencia a esfera simbólica e cerimonial, ilustrando o quanto a deficiência auditiva de D. João VI influenciou sua vida cotidiana e suas ações governamentais. Ao compreender o emprego de soluções como essa lançamos luz sobre a intrincada relação entre as necessidades individuais e as demandas

públicas, as vidas pessoais dos/das monarcas e o exercício de suas responsabilidades régias. A presença dessa cadeira na história real atesta não apenas o esforço em contornar limitações, mas também a determinação de manter uma presença ativa e participativa no cenário político e social.

A ausência da surdez de D. João VI nos livros didáticos evidencia um recorte narrativo excludente. Na análise de cinco coleções utilizadas no Ensino Fundamental II identificou-se que, mesmo quando o monarca é retratado, há ênfase em características físicas caricatas (obesidade, apetite, timidez), sem qualquer menção à sua deficiência auditiva ou aos mecanismos que utilizava para compensá-la, como o trono acústico. Isso demonstra como o livro didático, além de transmissor de conteúdo, também é agente de seleção do que deve ou não ser lembrado (CHARTIER, 1990). A ausência da surdez nessa seleção reforça estereótipos de normalidade e inviabiliza o reconhecimento de sujeitos/as históricos/as com deficiência. Nesse sentido, cabe pensar o livro didático como um espaço de disputa de memórias, o que exige do campo educacional uma abordagem mais crítica e inclusiva.

## Considerações finais

A presente investigação lançou luz sobre um aspecto notável e negligenciado da história de D. João VI: sua surdez. Na exploração desse tema emergiram considerações que transcendem o mero relato histórico. O processo de apagamento da surdez do monarca nos livros didáticos, ao longo das décadas, foi analisado sob uma perspectiva crítica, revelando implicações mais amplas dessa omissão. Com base nisso, torna-se claro que a incorporação da surdez de D. João VI nos relatos históricos é uma etapa vital para promover a inclusão e a representatividade de pessoas com deficiência. Essa conclusão, sustentada por diversas abordagens teóricas e analíticas, reforça a importância de uma narrativa histórica mais rica e inclusiva.

Como no caso da surdez de D. João VI trazida à tona, adotando uma abordagem franca e desprovida de estigmatização, as narrativas históricas podem cumprir um papel fundamental na construção de sociedades mais igualitárias e compassivas. Ao incluir representações realistas de pessoas com deficiência, a História oficial transcende sua função de mero repositório de eventos passados e se torna um veículo de educação, transformação e mudança social. A visibilidade de D. João VI como um monarca surdo rompe com a tradicional invisibilidade que cercou as experiências das pessoas com deficiência, demonstrando que tais indivíduos/as não apenas existiam no passado, mas também desempenharam papéis de destaque e influência.

Essa inclusão deliberada na narrativa histórica também transcende as limitações do tempo e do espaço, ecoando em direção ao presente e ao futuro. A representação da surdez de D. João VI serve como uma ponte entre diferentes épocas, destacando o valor

da inclusão e da diversidade em todas as esferas da sociedade. Ao retratá-lo de maneira integral e humana, as gerações atuais e futuras são apresentadas a um modelo de indivíduo que superou adversidades e contribuiu para o curso da história. Essa representação resiliente inspira a compreensão de que as pessoas com deficiência têm o potencial de desempenhar papéis proeminentes e produtivos em todos os aspectos da sociedade.

A inclusão da surdez de D. João VI nas narrativas históricas também se alinha à crescente consciência das questões de diversidade e inclusão. No cenário contemporâneo, a luta pela igualdade e o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência têm ganhado destaque. Ao resgatar a figura do monarca surdo, a história oficial pode contribuir para essa causa, engendrando uma compreensão mais profunda das experiências das pessoas com deficiência e estabelecendo a base para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A construção caricata da imagem de D. João VI não foi inocente. Trata-se de uma estratégia discursiva forjada especialmente no período republicano para deslegitimar a monarquia como forma de governo. O apagamento de suas estratégias políticas (como a evasão à invasão napoleônica) e de sua deficiência auditiva inscreve-se num projeto de silenciamento e inferiorização. Essa caricaturização se repete com D. Maria I, reduzida à figura da ‘rainha louca’, e com D. Pedro I, descrito apenas como mulherengo, ignorando aspectos como sua erudição e articulação política. Ao não mencionar a surdez do monarca português, os livros didáticos reforçam essa lógica: preferem uma imagem burlesca a uma discussão crítica sobre a deficiência, o poder e a legitimidade política. Não obstante, a incorporação dessa surdez nas narrativas históricas não deve ser encarada como uma ação isolada, mas parte de um movimento maior em direção à reinterpretação da História sob uma perspectiva inclusiva. Isso requer um esforço coletivo para revisitar os eventos passados com um olhar crítico e sensível às vozes que foram marginalizadas ou omitidas. A História é uma construção social, moldada por decisões de inclusão ou exclusão, e o reconhecimento da diversidade das experiências humanas é essencial para sua autenticidade e relevância.

Em última análise, a inclusão da surdez de D. João VI nos relatos históricos não é apenas um exercício de justiça histórica, mas uma afirmação do valor e da contribuição das pessoas com deficiência ao longo do tempo. Essa medida contribui para dismantlar a perpetuação de estereótipos negativos e invisibilidade que historicamente cercaram essa comunidade. Ao integrar naturalmente a surdez de D. João VI na história, as narrativas podem desempenhar um papel ativo na construção de uma sociedade mais inclusiva, educada e empática, que valoriza e celebra a diversidade em todas as suas formas.

*Recebido em: 20/12/2024; Aprovado em: 20/05/2025.*

## Referências

- BARDIN, Laurence. *A análise de conteúdo*. Prensas universitárias de França, 2013.
- BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. *Educar em Revista*, 2001, 101-110. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/mxNpBCnthBt3Wt6GxDf3qPd/?format=html&lang=pt> Acesso em: 24/10/2025.
- CALMON, Pedro. *O rei do Brasil: vida de D. João VI*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943. Disponível em: <https://bit.ly/3uZ7xE0>. Acesso em: 02 out. 2025.
- CHARTIER, Roger, et al. *A historia cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel*, 1990, 1:12. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/64465822/Historia\\_Cultural\\_entre\\_praticas\\_e\\_representacoes\\_Roger\\_Chartier.pdf](https://www.academia.edu/download/64465822/Historia_Cultural_entre_praticas_e_representacoes_Roger_Chartier.pdf). Acesso em: 24/10/2025.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940. Disponível em: <https://shre.ink/e5CU>. Acesso em: 02 out. 2025.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio/EdUnB, 1993. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27704>. Acesso em: 02 out. 2025.
- DIAS, Elaine. A representação da realeza no Brasil: uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 14, 2006. p. 243-261. Disponível em: <https://shre.ink/e5Xg>. Acesso em: 02 out. 2025.
- ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Verbete Jean-Baptiste Debret*. Retrato de Dom João VI, 1817. Óleo sobre tela, 60 cm x 42 cm. (Museu Nacional de Belas Artes, RJ). São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/81924-retrato-de-dom-joao-vi>. Acesso em: 03 out. 2025.
- FAPESP. O saber em cena. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 107, jan. 2005. p. 81. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2005/01/080-083-historia.pdf>. Acesso em 05 out. 2025.
- FREITAS, Ricardo Cabral de. Ardentres trópicos: febres e saúde pública no Brasil joanino. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 27, n. 3, p. 723-740, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/e5Z4>. Acesso em: 02 out. 2025.
- GADOTTI, Moacir. *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/77e2ec74-3617-4401-b74a-57014e29ceb8/content>. Acesso em: 02 out. 2025.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 02 out 2025.
- PAUSINI, Adel Igor Romanov. De Estado a Civil: As políticas de relações matrimoniais da casa imperial do Brasil e sua legitimação sucessória (1843-1944). *Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 3, n. 1, p. 436-455, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/52577>. Acesso em: 02 out. 2025.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 02 out. 2025.
- PORTELLA, Sandro Medeiros et al. The biological basis of deafness. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18656>. Acesso em: 02 out. 2025.
- SKLIAR, Carlos. Sobre o currículo na educação dos surdos. *Revista Espaço*, 1997, 40-45. Disponível em: [https://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Skliar\\_educacion\\_sordos-2003.pdf](https://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Skliar_educacion_sordos-2003.pdf) Acesso em: 24/10/2025.